



EIXO TEMÁTICO:
Compartilhamento da Informação e do Conhecimento

ENCONTRABILIDADE E USABILIDADE DA INFORMAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

FINDABILITY AND USABILITY OF INFORMATION ON THE PORTFOLIO OF THE TRANSPARENCY OF THE FEDERAL EXECUTIVE POWER

Julio Mello Silva¹
Poliana Fragatti Cristovan²
Luciane de Fátima Beckman Cavalcante³
Fernando Luiz Vechiato⁴

Resumo: Considerando a complexidade dos ambientes informacionais da atualidade, objetiva-se avaliar o website do Portal da Transparência do Governo Federal quanto à encontrabilidade e usabilidade da informação. Para tanto, procede-se à descrição do ambiente informacional da instituição e sua avaliação por meio da utilização de instrumento de *checklist*, que considera atributos da Encontrabilidade da Informação. Desse modo, observa-se que a maioria dos atributos está presente no portal e de forma satisfatória, o que permite concluir que há pouca necessidade de melhorias na implementação dos atributos.

Palavras-chave: Encontrabilidade da Informação. Usabilidade. Avaliação de ambiente informacional. Portal da Transparência do Governo Federal. Lei de Acesso à Informação.

Abstract: Considering the complexity of current information environments, the objective is to evaluate the website of the Transparency Portal of the Federal Government as to the information findability and usability. To do so, we describe the informational environment of the institution and its evaluation through the use of a checklist instrument, which considers attributes of Information Findability. Thus, it is observed that most of the attributes are present in the portal and in a satisfactory way, which allows to conclude that there is little need for

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL). E-mail: julio.mello@ifpr.edu.br

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL). E-mail: poliana.fragatti@educadventista.org.br

³ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL). E-mail: lucifbc@gmail.com

⁴ Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP). Professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: vechiato2008@gmail.com

improvements in the implementation of the attributes.

Keywords: Information Findability. Usability. Evaluation of informational environment. Transparency Portal of the Federal Government. Law of Acces.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em Ciência da Informação (CI) tem sido significativamente dominada por métodos e resultados de avaliação (ALLEN, 1996). O autor, citando Saracevic (1995), afirma que a pesquisa de avaliação tem sido central para o desenvolvimento de sistemas e serviços de informação. Mas essa centralidade acaba trazendo, segundo Allen (1996), algumas consequências que apesar de não intencionais, foram se tornando comumente aceitas no âmbito da CI. Uma das mais importantes dessas consequências é, segundo o autor, a instituição de um processo cíclico de design-avaliação na criação de sistemas e serviços de informação.

Segundo Allen (1996), designers de sistemas de informação criam um sistema-base e depois passam a confiar em repetidas avaliações de seu funcionamento para assim, gradualmente, melhorar sua performance. Essa confiança numa avaliação cíclica e na abordagem do redesign pode funcionar, mas o sucesso dessa abordagem depende criticamente da qualidade do sistema base. Se o sistema base não é cuidadosamente estruturado, implementações incrementais poderão ser incapazes de transformá-lo em um sistema de informação funcional e 'usável'.

Defendendo uma abordagem de desenvolvimento de sistemas de informação centrado no usuário, o autor afirma ainda que é necessária uma integração das abordagens do design e da avaliação, apontando que, muitas vezes, a avaliação de sistemas é tarefa direcionada para pesquisadores que não necessariamente se envolvem no design e podem ter pouco interesse no redesign, o que determina que as avaliações podem ser negligenciadas, os resultados obtidos parecem irrelevantes para a comunidade do design e, portanto, deixados de lado. Conclui que a continuidade do esforço demandado pelo ciclo design – avaliação – redesign frequentemente não acontece.

O acesso à informação é uma garantia constitucional, sendo uma ferramenta fundamental ao exercício da cidadania. O dispositivo constitucional brasileiro de 1988 prevê em seu artigo 5º, inciso XXXIII que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral,

que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 2012).

Este direito foi ampliado aos cidadãos por meio da Lei nº 12.527/2011, ou Lei de Acesso à Informação (LAI), sancionada em 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), a qual objetiva ampliar o acesso à informação e estabelecer maior transparência no que tange aos meios pelos quais a administração pública arrecada e utiliza os recursos públicos.

Nesse aspecto, a LAI dispõe em seu artigo 8º, § 2º, que os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (BRASIL, 2012).

Contudo, nem sempre as informações disponibilizadas nos portais eletrônicos das instituições públicas são realmente acessíveis, posto que a maneira como esses portais são construídos pode dificultar a sua encontrabilidade. Desse modo, percebe-se empiricamente que os websites nem sempre conseguem disponibilizar a informação de forma apropriada, existindo a necessidade de uma adequação para atender aos propósitos da referida lei (SOUSA, 2012).

Dessa forma, diante da necessidade de tornar a informação disponível e acessível aos usuários e proporcionar maior clareza às informações disponibilizadas pelo Governo Federal através de seu website, foram formulados os seguintes questionamentos para esta pesquisa: as informações de domínio público são disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal, segundo as determinações da Lei de Acesso à Informação? A organização deste portal contribui para a usabilidade e encontrabilidade dessas informações?

O levantamento dos dados se deu por meio de uma análise exploratória do Portal da Transparência do Governo Federal na internet, realizado entre os meses de abril e junho de 2019.

2 A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, foi implementada na Administração Pública Federal no ano de 2012, a partir do Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012. Desde então, cidadãos e entidades

brasileiras têm feito, com base no interesse público ou particular, diversos acessos a informações produzidas e custodiadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta e indireta.

A LAI é, como regra, uma lei nacional, ou seja, deve ser observada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Isto significa que os órgãos públicos integrantes da administração direta e indireta dos Poderes Executivo, Legislativo - incluindo os tribunais de contas - e Judiciário, além do Ministério Público e Defensorias Públicas, devem atender à LAI. Entretanto, há na lei dispositivos que se aplicam somente na esfera federal.

Nunca é demais transcrever o texto do inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988).

Dessa forma, o conceito “informações públicas”, conforme a LAI, deve ser compreendido em sentido amplo, abrangendo tanto o direito de solicitar acesso as informações colhidas/acumuladas/custodiadas pelo Poder Público, quanto àquelas informações por ele mesmo produzidas, independentemente de se referirem a particulares ou à gestão e ao funcionamento dos órgãos e entidades públicos.

Do mesmo modo, informação produzida e/ou acumulada, assim como a informação custodiada pelo órgão ou entidade pode ser objeto de pedido de acesso a informações, bem como disponibilizada em transparência ativa – objeto deste estudo.

3 O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Lançado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União em 2004, o Portal da Transparência⁵ do Governo Federal é um site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil. Desde a criação, a ferramenta ganhou novos recursos, aumentou a oferta de dados ano após

⁵ Portal da Transparência: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>

ano e se consolidou como importante instrumento de controle social, com reconhecimento dentro e fora do país.

A fim de atender de forma mais eficiente a crescente demanda e as obrigações de transparência, a CGU iniciou projeto para a reestruturação do Portal. Como resultado do trabalho, o Governo Federal lançou em 2018, o novo Portal da Transparência. Entre as novidades estão: formas diversas de apresentação dos dados, mecanismo de busca integrado e intuitivo, melhor usabilidade, mais recursos gráficos, integração com redes sociais, maior oferta de dados abertos, adequação a plataformas móveis, maior interatividade.

O novo Portal da Transparência reforça, assim, com novos recursos e mais informações, sua razão de ser uma ferramenta que permita ao cidadão, de forma cada vez mais eficiente, fiscalizar e assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos federais.

Os dados divulgados no Portal são provenientes de diversas fontes de informação, entre as quais estão os grandes sistemas estruturadores do Governo Federal – como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) –, as bases de benefícios sociais, as faturas de Cartão de Pagamentos do Governo Federal, as bases de imóveis funcionais, entre diversas outras.

Os órgãos responsáveis por cada fonte de informação encaminham seus dados para a CGU, que recebe, reúne e disponibiliza as informações na ferramenta. A periodicidade de envio dos dados depende do assunto tratado, assim como a periodicidade de atualização das informações no Portal. Uma vez carregadas no Portal, as informações são disponibilizadas para conhecimento do cidadão de diversas formas, como: painéis, consultas detalhadas, gráficos, dados abertos.

O acesso ao Portal não requer usuário nem senhas, sendo permitido a qualquer cidadão navegar pelas páginas de forma livre, bem como visualizar e utilizar os dados disponíveis da forma que melhor lhe convier.

4 ENCONTRABILIDADE E USABILIDADE DA INFORMAÇÃO

A Encontrabilidade da Informação está inserida no contexto da Arquitetura da Informação e está relacionada à melhoria da mediação da informação para seus usuários, ou seja, como a informação é buscada e como pode ser encontrada pelos

sujeitos de uma ecologia informacional complexa (VECHIATO; OLIVEIRA; VIDOTTI, 2016).

Vechiato, Oliveira e Vidotti (2016) afirmam que a Encontrabilidade da Informação será melhor alcançada se houver um cuidado teórico e prático no projeto de Arquitetura da Informação de um ambiente físico, digital ou híbrido.

O termo em inglês – *findability* – foi proposto pelo arquiteto da informação Peter Morville, em 2005, em uma perspectiva técnica. Para o autor, o conceito está relacionado ao grau com que as coisas podem ser facilmente encontradas, a qualidade de ser localizável, recuperável ou navegável. Morville (2005) afirma que as tecnologias atuais possibilitam que qualquer coisa seja encontrada, em qualquer lugar, por qualquer um e a qualquer momento. O autor acredita que um dos grandes problemas da web é a encontrabilidade, e que a Arquitetura da Informação é parte importante da solução.

O termo no Brasil trazido para uma perspectiva mais científica em pesquisa acadêmica foi realizado por Vechiato e Vidotti (2014), denominado como encontrabilidade da informação. Os autores o adotam e fazem uma proposta conceitual e operacional para encontrabilidade da informação no contexto da Ciência da Informação. Tal proposta acredita que a encontrabilidade é resultado da mediação entre os sujeitos infocomunicacionais e as ecologias informacionais, facilitando assim a apropriação da informação pelo sujeito.

Os autores afirmam que a encontrabilidade da informação sustenta-se fundamentalmente na interseção entre as funcionalidades de um ambiente informacional e as características dos sujeitos informacionais (VECHIATO; VIDOTTI, 2014). Essa proposta está alinhada com o modelo de Arquitetura da Informação de Rosenfeld, Morville e Arango (2015), reafirmando a importância do usuário como um dos pilares para o planejamento de ambientes informacionais.

Sobre essas funcionalidades do ambiente de informação, Vechiato e Vidotti (2014) consideram atributos que perpassam as diferentes fases do ciclo da informação, da produção, da representação e da disseminação ao armazenamento e à preservação. A proposta dos autores identifica atributos desejáveis para promover a encontrabilidade da informação em ecologias informacionais complexas. São eles:

- a) taxonomias navegacionais;
- b) instrumentos de controle terminológicos;
- c) folksonomias;

- d) metadados;
- e) mediação dos informáticos;
- f) *affordances*;
- g) *wayfinding*;
- h) descoberta de informação;
- i) acessibilidade e usabilidade;
- j) mediação dos profissionais da informação;
- k) mediação dos sujeitos informacionais;
- l) intencionalidade;
- m) mobilidade, convergência e ubiquidade;

Alguns desses atributos são também identificados na Arquitetura da Informação Pervasiva (como mobilidade, ubiquidade e responsividade), de modo que esse modelo teórico encontra intersecção com o modelo de Encontrabilidade da Informação, na disciplina de Arquitetura da Informação (VECHIATO; OLIVEIRA; VIDOTTI, 2016).

Essa Arquitetura da Informação dos novos tempos está mais adequada aos princípios da encontrabilidade da informação, pois ocupa-se do estudo dos ambientes informacionais híbridos, nos quais a informação coexiste em sistemas e ambientes tradicionais e digitais.

Assim, o planejamento e a avaliação de ambientes ou ecologias informacionais podem ser feitas de forma mais completa e abrangente, com base nos dois modelos teóricos. Acredita-se que a avaliação embasada nessa junção de modelos teóricos seja mais adequada para as ecologias informacionais complexas atuais.

No que tange à usabilidade, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), visa proporcionar aos usuários o alcance de seus objetivos, bem como a satisfação de suas necessidades em um contexto particular de uso. Neste sentido, a usabilidade é definida pela associação como a medida na qual um produto pode ser usado por usuários distintos para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto particular de uso (NBR 9241-11, 2002). Portanto, os componentes que devem estar presentes para integrar a usabilidade são:

- **Eficácia:** grau de precisão e de abrangência obtidos pelo usuário na interação com o sistema, visando atingir seus objetivos.
- **Eficiência:** proporção de recursos (temporais, mentais, físicos, operacionais, ambientais, *hardware* e *software*) empregados para que o usuário

chegue a seus objetivos. É a quantidade de esforço necessário para se chegar a um determinado objetivo com o menor esforço possível.

- **Satisfação:** grau de conforto e de reação favorável do usuário no que se refere ao uso do sistema, sendo este, talvez, o aspecto da usabilidade mais difícil de mensurar e quantificar, devido aos seus fatores subjetivos.

Estes componentes traduzem-se em requisitos desejáveis para uma boa interface. Os requisitos são princípios de boas práticas ou convenções amplamente adotadas nos sistemas interativos. Portanto, a usabilidade é um atributo de qualidade relacionado à facilidade de uso de algo. Refere-se à rapidez com que os usuários podem aprender a usar alguma coisa, a eficiência deles ao usá-la, seu grau de propensão a erros durante a utilização e o quanto gostam de utilizá-la (NIELSEN; LORANGER, 2007).

O termo usabilidade também é empregado para descrever a qualidade da interação de uma interface com os usuários (HIX; HARTSON, 1993). Nos sistemas de informação, a interface é, para o usuário, a parte visível e o meio de comunicação com o sistema para realizar suas tarefas. Os sistemas que são orientados para a usabilidade demandam uma interação humano-computador (IHC) transparente. A interface, além de visar à satisfação das necessidades dos usuários, tem de ser amigável, ou seja, deixar os usuários à vontade e estimulados a usá-la. Reconhecendo a importância da usabilidade, Ferreira e Nunes (2008) afirmam que embora a usabilidade seja fundamental no processo de desenvolvimento de um software, inúmeros profissionais de TI costumam deixá-la em segundo plano, contudo ela é almejada por quem mais importa: o usuário final, que é aquele que utiliza seus serviços no dia a dia.

A usabilidade, segundo Cybis (2007), não é uma qualidade intrínseca do sistema. Depende de um acordo entre as características de sua interface e de seus usuários ao buscarem determinados objetivos em determinadas situações de uso. Uma mesma interface pode proporcionar interações satisfatórias para usuários experientes e deixar muito a desejar quando usada por aqueles que ainda não o conhecem. Independentemente do tipo de usuário, a percepção de usabilidade torna-se distinta, caso uma tarefa em uma interface seja realizada esporadicamente ou de forma frequente, ou mesmo executada em computadores rápidos ou lentos. Sob esta perspectiva, é provável que a satisfação do usuário esteja mais ligada à obtenção de seus objetivos do que aos aspectos artísticos e essencialmente estéticos do sistema.

É por isso que Cybis (2007) considera que a essência da usabilidade está no acordo perfeito entre interface, usuário, tarefa e ambiente.

Portanto, a usabilidade é considerada como a qualidade de uso, isto é, de interação entre usuário e sistema, que depende das características tanto do usuário quanto do sistema. Além disso, depende das tarefas específicas que os usuários realizam, assim como do ambiente físico (por exemplo, incidência de luz, barulho e interrupção da tarefa). Pode-se dizer, então, que qualquer alteração em um aspecto relevante do contexto de uso é capaz de alterar a usabilidade de um sistema de acordo com Dias (2007).

6 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como qualitativo. Inicialmente, o trabalho constituiu-se de uma pesquisa bibliográfica, pois segundo Alves (2007), a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida a partir de fontes já elaboradas como livros, artigos científicos e publicações periódicas e, tem como vantagem, cobrir uma ampla gama de fenômenos que o pesquisador não poderia contemplar diretamente.

Em sequência, realizou-se o estudo de campo pois trata-se do estudo, análise, registro e interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador (MEDEIROS, 2008). A análise foi realizada na página do Portal da Transparência do Governo Federal - objetivando buscar a aplicação dos elementos teóricos na realidade empírica. Tal análise foi baseada nos critérios de Vechiato e Vidotti (2014), que estabelece padrões para avaliação da encontrabilidade da informação em ambientes informacionais.

7 ENCONTRABILIDADE E USABILIDADE DA INFORMAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

O Ambiente eletrônico tem por finalidade o acesso livre a informação. Lançado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União em 2004, o Portal da Transparência do Governo Federal tem como público-alvo o cidadão, e por finalidade mostrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil.

Figura 02 – Website do Portal da Transparência do Governo Federal



Quadro 1 – Checklist para avaliação da encontrabilidade da informação em ambientes informacionais

Atributo	Checklist	<ul style="list-style-type: none"> ● SIM (S) ● NÃO (N) ● PARCIALMENTE APLICÁVEL (P) ● NÃO APLICÁVEL (NA)
Taxonomias navegacionais	A taxonomia navegacional existente possui categorização adequada dos conceitos/termos.	SIM
	A taxonomia navegacional existente possui termos significativos e coerentes que facilitam seu entendimento.	SIM
Instrumentos de controle terminológico	São utilizados vocabulários controlados, tesouros e/ou ontologias para a representação do assunto dos recursos informacionais.	SIM
Folksonomias	Há recursos de classificação social (<i>folksonomia</i>) que favoreçam a participação dos sujeitos informacionais.	NÃO
	As <i>tags</i> geradas pelos sujeitos são disponibilizadas em nuvem de <i>tags</i> para facilitar a navegação social.	NÃO
Metadados	Os recursos informacionais estão representados por metadados.	SIM
	É utilizado padrão de metadados coerente com a proposta do ambiente informacional.	SIM
Mediação dos sujeitos institucionais (informáticos e profissionais da informação)	O ambiente disponibiliza formas de auxílio aos sujeitos informacionais a partir de tutoriais (ambientes digitais) ou assistência presencial (ambientes analógicos).	SIM
Mediação dos sujeitos informacionais	Os sujeitos participam da produção da informação disponibilizada.	NÃO

	Os sujeitos participam da organização / representação da informação disponibilizada.	NÃO
Affordances	As <i>affordances</i> aplicadas facilitam o entendimento por diferentes tipos de sujeitos informacionais.	SIM
Wayfinding	O ambiente utiliza marcos e/ou metáforas que dão pistas ao sujeito para orientá-lo no espaço digital e/ou analógico.	SIM
Descoberta de informações	O mecanismo de busca utiliza o recurso autocomplete ou autossugestão.	SIM
	Na página com os resultados de busca são apresentadas facetas para o refinamento da pesquisa.	SIM
	Os resultados de busca apresentam diversos tipos de documentos com base na estratégia de busca inicial do sujeito, apresentando-os de forma relacionada.	SIM
	Há informações utilitárias nos espaços analógicos que favoreçam a descoberta de novas informações.	--
Acessibilidade e Usabilidade	O ambiente possui usabilidade.	SIM
	O ambiente digital possui recursos de acessibilidade digital na interface.	PARCIALMENTE APLICÁVEL
	O ambiente analógico possui recursos de acessibilidade.	NÃO SE APLICA
	Foram utilizadas as recomendações de acessibilidade digital da W3C (WCAG 2.0).	SIM
Intencionalidade	Há indicativos de que o ambiente se preocupa com a intencionalidade dos sujeitos por meio de tecnologias como análise de <i>log</i> de interação ou outras.	SIM
Responsividade	Possui <i>design</i> responsivo.	SIM

Fonte: Adaptado de Vechiato, Oliveira e Vidotti (2016).

Foi possível verificar pelo quadro o modelo e os resultados da avaliação da encontrabilidade e usabilidade da informação do Portal da Transparência do Governo Federal, considerando como ponto de partida o *website* principal da instituição (GOVERNO FEDERAL, 2019). Como resultado da avaliação, temos que a encontrabilidade informacional atende a 16 dos atributos, não atende a 03 deles, atende a 01 parcialmente e outros 02 não se aplicam. A análise sobre cada item da avaliação será apresentada na seção a seguir.

8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise, a partir do instrumento de avaliação proposto apontou que a maioria dos itens avaliados está presente no ambiente, ao menos de forma parcial. As taxonomias navegacionais de primeiro nível (página inicial) apresentam boa categorização de termos e conceitos. Isto também é observado nos níveis mais internos.

O usuário que encontra uma informação e busca a mesma informação relacionada a outro assunto, sempre a encontrará no mesmo lugar na página, o que não exige um esforço maior de sua parte. Os termos utilizados, em sua maioria, são de fácil entendimento para o usuário, como “órgãos”, “convênios”, “servidores” entre outros.

No que refere-se a usabilidade, o quesito é parcialmente atendido, pois apresenta recurso de alto-contraste, possibilidade de aumento ou diminuição da fonte original da plataforma e uma mapa em formato de trilhas. Entretanto como é destinado a toda comunidade, caso algum deficiente visual acesse, não conseguirá resultado. Nesse sentido, é importante destacar que segundo Vechitato e Vidotti (2012) “a usabilidade em ambientes informacionais digitais, se refere à qualidade de interação entre os usuários e esses ambientes no contexto de uso.” Sendo assim, a usabilidade deve propiciar o acesso à informação em todo e qualquer ambiente digital. Para reforçar tal argumento os autores citados anteriormente argumentam que:

A usabilidade é um atributo de qualidade relacionado à facilidade de uso de algo. Mais especificamente, refere-se à rapidez com que os usuários podem aprender a usar alguma coisa, a eficiência deles ao usá-la, o quanto lembram daquilo, seu grau de propensão a erros e o quanto gostam de utilizá-la. Se as pessoas não puderem ou não utilizarem um recurso, ele pode muito bem não existir (NIELSEN; LORANGER, 2007, p. XVI, apud VECHIATO; VIDOTTI, 2012).

Nesse sentido, relevante que o Portal da Transparência tenha todos os elementos relacionados à usabilidade, visto que propiciará um melhor uso do portal, bem como acesso à informação ao público que se utiliza do mesmo.

Sobre os pontos não atendidos, no quesito de mediação dos sujeitos informacionais, não há possibilidade de inserção de conteúdos pelo usuário.

9 CONCLUSÃO

A disponibilização da informação pública no contexto geral significa

transparência das contas públicas, que, na legislação brasileira, é vista como princípio da gestão fiscal responsável, introduzida a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, associado ao princípio constitucional da publicidade.

Nesse sentido, o acesso às informações públicas pressupõe três elementos: publicidade da informação, encontrabilidade da informação e transparência. Cada um destes elementos complementa e interage com os outros, de modo que a transparência da gestão pública seja integralmente assegurada à população. Além disso, as informações que são disponibilizadas à população devem estar acessíveis, cabendo também aos gestores públicos assegurar meios para que todos os cidadãos possam ter acesso e fácil compreensão destas informações.

Com base nesse contexto, este estudo teve como objetivo identificar como as informações são disponibilizadas aos usuários no Portal da Transparência do Governo Federal. Embasou-se à Lei de Acesso à Informação quanto à obrigatoriedade de disponibilizar informações públicas, como também as recomendações da encontrabilidade e usabilidade da informação.

A Lei de Acesso à Informação, garante a todos o direito constitucional de acessar informações públicas dos órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais dos três Poderes. A LAI provocou uma grande mudança no setor público, pois a regra passa a ser o acesso às informações e o sigilo, somente a exceção, e um dos pilares para garantir sua efetividade é a utilização das tecnologias de informação.

A usabilidade nos sítios eletrônicos governamentais está relacionada a capacidade do indivíduo de localizar aquilo que é de seu interesse. Assim, no contexto deste documento, ressalta a importância de como a informação é apresentada ao usuário. Não foram constatadas dificuldades de acesso durante o processo, nem contratempos de navegação que poderiam ser apresentadas aos cidadãos ao acessarem o site. O compromisso da administração pública deve ser voltado para a clareza, eficiência e a responsabilidade pelos recursos públicos, bem como sua apresentação à sociedade.

Diante do exposto, percebeu-se que o portal atende em sua maioria, aos princípios de análise utilizados. Se faz relevante frisar que, muito embora o portal avaliado apresente tais elementos, é notável a necessidade de voltar o foco às melhorias do portal no que tange ao contexto da usabilidade e encontrabilidade da informação, tendo em vista a otimização para o acesso e uso da informação pelos usuários.

Nesse sentido, destaca-se a importância de os gestores do portal voltarem atenção às questões relativas à encontrabilidade e à usabilidade, principalmente com enfoque no usuário e em suas necessidades informacionais ao contexto das informações contidas no Portal, visto que para Vechiato e Vidotti (2014) a encontrabilidade da informação sustenta-se fundamentalmente na interseção entre as funcionalidades de um ambiente informacional e as características dos sujeitos informacionais.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, B. L. **Toward a User-Centered approach to information systems**. Nova Iorque: Academic Press, 1996.
- ALVES, M. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. São Paulo: Campus, 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9241-11**: Requisitos Ergonômicos para Trabalho de Escritórios com Computadores Parte 11 – Orientações sobre Usabilidade 2002.
- BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art5xxxiii . Acesso em: 29 jul. 2019.
- CYBIS, W. *et al.* **Ergonomia e usabilidade**: conhecimentos, métodos e aplicações. São Paulo: Novatec, 2007.
- DIAS, C. **Usabilidade na web**: criando portais mais acessíveis. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2007.
- FERREIRA, S. B. L.; NUNES, R. R. **e-Usabilidade**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HIX, D.; HARTSON, H. R. **Developing User Interfaces: Ensuring Usability through Product and Process**. New York: John Wiley, 1993.
- MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MORVILLE, Peter; ROSENFELD, Louis. **Information for Architecture for the World Wide Web**. 3. ed. Sebastopol, CA: O'Reilly, 2006.
- NIELSEN, J.; LORANGER, H. **Usabilidade na web**: Projetando Websites com qualidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- ROSENFELD, L.; MORVILLE, P.; ARANGO, J. **Information Architecture**: for the Web and beyond. 4. ed. Sebastopol, CA, 2015.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1995.

Disponível em:

http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/08/pdf_fd9fd572cc_0011621.pdf. Acesso em: 7 mai. 2019.

SOUSA, M. R. F. O acesso à informações e a contribuição da arquitetura da informação, usabilidade e acessibilidade. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 22, p. 65-76, n. esp., 2012. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/13298/8210>. Acesso em: 23 dez. 2018.

VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Encontrabilidade da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. (Coleção PROPG Digital UNESP). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/126218>. Acesso em: 29 mai. 2019.

VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Usabilidade em ambientes informacionais digitais: fundamentos e avaliação**. 2012. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/b6b3/0fd271310d0cfe2d1844862fb98efb9672fc.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

VECHIATO, F. L. OLIVEIRA, H. P. C. de; VIDOTTI, S. A. B. G. Arquitetura da informação pervasiva e encontrabilidade da informação: instrumento para a avaliação de ambientes informacionais híbridos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais [...]** Salvador: PPGCI, UFBA, 2016. p. 3755-3773. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/itec/article/view/38365>. Acesso em: 30 mai. 2019.